



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO
ORDINÁRIA DO SEGUNDO PERÍODO DA PRIMEIRA
SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

No trigésimo primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB sob a presidência do vereador Zeca Pirão. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Em seguida, o presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Zeca do Barreiro agradeceu à agente distrital de Mosqueiro, senhora Vanessa Eglá Rocha do Nascimento, o rápido atendimento à sua solicitação de limpeza e capinação na área do Sucuri. Pediu que a próxima sessão itinerante desta Casa fosse realizada no Distrito de Outeiro (Ilha de Caratateua), informando ser uma das regiões de Belém com os menores índices de saneamento básico. Apesar de ser um destino de veraneio e lazer da população de Belém, acrescentou, a localidade não possui infraestrutura para receber turistas. Na sessão ali realizada poderiam ser deliberadas ações para minorar os problemas e melhorar a qualidade de vida da população da ilha, ponderou. Pediu às lideranças do governo na Casa que articulassem o comparecimento a essa sessão dos gestores do Centro de Referência de Assistência Social – Cras e do programa Estratégia Saúde da Família naquela localidade. Agradeceu ao governador Hélder Barbalho a atuação em prol de Outeiro e Mosqueiro. Em aparte, manifestaram-se os vereadores Igor Andrade e Zeca Pirão. Findo este pronunciamento, assumiu a presidência da Mesa o vereador Amaury da APPD. Subiu então à tribuna o vereador Zeca Pirão e anunciou que uma sessão legislativa itinerante seria realizada em Outeiro no final do mês de setembro que se iniciava. Nessa sessão, continuou, seria elaborada uma agenda mínima, como ocorrera em Mosqueiro, contemplando as principais demandas da população da ilha. Expressou ficar feliz, como vereador da base do governo, por sentir que o governo estava presente, atuando nas ruas. Reportou não ter parado de trabalhar desde o final das últimas eleições, exceção feita a um curto período de vinte dias, no final do ano anterior e começo deste ano. Relatou ter visitado as ruas em Belém onde obras seriam realizadas, conforme fora acertado havia dois anos, e presenciado os trabalhos. Expressou não haver dinheiro que pagasse a satisfação de acompanhar a transformação de uma via lamacenta em uma rua pavimentada, equipada com meio fio, iluminação e sistema de drenagem. Esclareceu que a implantação da iluminação pública cabia à Prefeitura Municipal de Belém – PMB e não ao governo estadual, elogiando a PMB por fazer bem seu papel. Em Mosqueiro e Outeiro, aditou, as obras estavam sendo realizadas exclusivamente pelo governo do estado e os agentes distritais cuidavam da limpeza das ruas adjacentes e transversais, que não estavam sendo contempladas. Esses empreendimentos melhoravam significativamente a vida das pessoas, observou, testemunhando que, ao sair às ruas, em todos os lugares da cidade o governador era muito benquisto, não havendo reclamações quanto à sua gestão. Havia pedidos devido aos problemas enfrentados por algumas comunidades, como ocorria em Mosqueiro em relação à falta de água e, quanto a isso, o governador disponibilizara quase oito milhões de reais em recursos para a construção de poços e melhorias na rede que serve a ilha, acrescentou. A CMB, com a realização da sessão legislativa itinerante, iria a Outeiro e tomaria conhecimento das necessidades da comunidade ali residente, apontou. Frisou não incluir entre estas demandas a recuperação e estruturação das ruas, pois neste quesito Outeiro era um distrito abandonado, em todos os aspectos. O transporte público na ilha era um caos, o saneamento era um caos, a saúde pública era um caos, classificou, ressaltando, porém, que os vereadores da CMB tinham força para conjuntamente melhorar a vida dos moradores. Posteriormente, seriam realizadas sessões em Cotijuba e Icoaraci, encontros com a população desses distritos para conversar com todas as pessoas. Esta Casa é aberta à população, salientou, a todas as entidades, não sendo proibida a entrada a ninguém. Houve problemas causados pela pandemia, admitiu, mas a situação atualmente estava sob controle e tornara-se possível receber o povo. Os vereadores deviam se dedicar à população, alertou, porque as pessoas estavam passando fome. Defendeu a instalação na orla de Belém de empreendimentos para gerar emprego e renda, argumentando haver atualmente tecnologia capaz de reduzir os impactos ambientais dessa ocupação. Findo este pronunciamento, o vereador

Gleisson Silva assumiu a presidência da Mesa. Manifestou-se então o vereador Amaury da APPD e comentou sobre o projeto de lei, de autoria da PMB, permitindo a bares, restaurantes e estabelecimentos similares ocupar as calçadas no exercício de suas atividades. Expressou não concordar com a iniciativa da PMB porque a acessibilidade sempre foi bandeira do movimento das pessoas com deficiência e não havia no projeto a delimitação adequada do espaço que poderia ser ocupado pelos estabelecimentos. Repercutiu estudo divulgado pela organização Mobilize Brasil, em São Paulo, mostrando que Belém, dentre as 27 capitais brasileiras, oferecia as piores condições para o deslocamento de pedestres e cadeirantes, incluindo vários itens além da situação das calçadas. Avaliou não ser verdadeira a informação, divulgada pela PMB, de que haveria 60 quilômetros de calçadas acessíveis na cidade. Fazer parte da base de apoio do Governo nesta Casa, expressou, não significava concordar com tudo que fosse proposto pela gestão municipal, pois jamais atuaria contrariamente aos interesses do segmento que representava neste parlamento havia cinco mandatos. Notificou que o movimento das pessoas com deficiência abriria uma grande frente para a retirada do projeto da pauta porque sua efetivação dificultaria a vida não apenas das pessoas com deficiência, também prejudicaria os idosos, os obesos, as gestantes e todas as pessoas que tivessem alguma dificuldade de mobilidade. Considerou ser uma iniciativa infeliz do Executivo Municipal, pois tinha uma natureza excludente, defendendo que fosse retirado de pauta e modificado, fazendo-se as adequações necessárias. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do PL, Pablo Farah parabenizou os nutricionistas na data de hoje, quando se comemora o Dia do Nutricionista, profissional importante por cuidar da saúde alimentar, embora muitos brasileiros estivessem vivendo em situação de insegurança alimentar. Destacou o alto custo da cesta básica e a grande quantidade de pessoas passando fome no país. O povo precisa de emprego e renda, precisa de comida, ressaltou, manifestando apoio à ocupação da orla de Belém por empreendimentos que criassem vagas de trabalho em nossa cidade. O impacto positivo da vacinação contra a Covid-19 tornava-se perceptível, comemorou, havendo a liberação de alguns eventos esportivos. Solicitou à Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer – Sejel a retomada dos eventos esportivos de corridas de rua, criando-se uma programação para o segundo semestre deste ano, e sugeriu a promoção de provas curtas, limitando-se o número de inscritos e respeitando-se todas as medidas sanitárias. Em vários municípios do estado, noticiou, as corridas estavam acontecendo e devia ser discutido o retorno dessa atividade esportiva em nossa capital. Pela liderança do PT, Bia Caminha tratou do tema das mudanças climáticas, avaliando que elas são resultado de um modelo de desenvolvimento que deu errado, o necrocapitalismo ou o capitalismo da morte, o capitalismo predatório, que não defende as cidades, o meio ambiente, as florestas e a Amazônia. Discutir as mudanças climáticas, atentou, é falar de solidariedade e do mundo que estamos construindo agora para as gerações que virão. Divulgou que seu mandato incluía-se entre os mandatos comprometidos com o clima, tendo participado desde o período eleitoral do processo de formação da agenda climática e de acompanhamento dessa agenda no país. Nesse sentido, prosseguiu, apresentou um plano de mitigação das mudanças climáticas em nosso município, projeto ora em trâmite nesta Casa, esperando que fosse apreciado e aprovado por seus pares. Sobrelevou a importância da criação de uma política de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, pois se previa a intensificação de eventos climáticos atingindo, sobretudo, as pessoas mais pobres. Opinou depois que a aprovação do Marco Temporal, em julgamento pelo Supremo Tribunal Federal – STF, ameaçaria as terras indígenas e também a vida das populações originais de nossa nação. Fez notar que as áreas mais preservadas de nosso planeta são aquelas ocupadas por populações indígenas. Pela liderança do bloco PSDB – DEM – Patriota – Cidadania, Fabrício Gama contou ter visitado Ananindeua, no dia anterior, surpreendendo-se com a excelente gestão desenvolvida pelo prefeito Daniel Santos, pois ele fizera modificações na máquina pública, tornando-a mais eficaz e ágil no atendimento à população. Desse modo, ajuizou, sucedera dignamente outro grande prefeito daquele município, Manoel Pioneiro, que tornara Ananindeua uma cidade muito melhor. Inteirou ser amigo de Pioneiro havia mais de trinta anos, sendo ele padrinho de seu casamento. Agradeceu a Daniel Santos a oportunidade de realizar uma caminhada em Ananindeua, apesar de ser vereador de Belém. Notificou em seguida ter participado da inauguração da Praça Sra. Adelaide Farias da Silva, no Bairro de Fátima, em companhia do prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues. Testificou ter sido bem tratado pela equipe do prefeito, apesar de ser oposição ao governo municipal nesta Casa, sendo reconhecido publicamente por Edmilson que a mudança de nome do logradouro (que antes se chamava Praça Lameira Bittencourt) ocorrera através de um projeto de lei de sua iniciativa aprovado neste parlamento e a revitalização do espaço devia-se a uma emenda de sua autoria. Garantiu que faria sempre uma oposição responsável, criticando o que considerasse errado, mas votando favoravelmente às iniciativas da PMB que beneficiassem a população de Belém. Pela liderança da Oposição, Matheus Cavalcante retomou o tema da pouca acessibilidade oferecida pelas calçadas em nossa cidade, expondo que, dentre as 27 capitais brasileiras, Belém era a segunda pior neste quesito. Reconheceu que a atual gestão municipal não criara tal situação, pois ela resultara de erros cometidos e da falta de prioridade ao longo de anos. Em São Paulo, referiu, bares e restaurantes estavam entre os principais prejudicados pelas restrições impostas devido à pandemia e já sofriam as consequências da crise econômica que atingira o país. Adotou-se

RN Normanda



ali então a prática de ocupar as calçadas em alguns dias, sobretudo finais de semana, e geralmente durante a noite, completou. Sugeriu a adoção dessa medida em Belém, explicitando não se tratar de ocupação indevida dessas áreas pelo empresariado, mas de dar viabilidade econômica a muitos negócios - bares, restaurantes e similares, parte do setor de serviços que mais emprega em nossa capital. Havia também a arrecadação de tributos gerada pela atividade, sublinhou, pois bares e restaurantes constituem os principais contribuintes do Imposto Sobre Serviços – ISS em nossa cidade. Acentuou a importância do projeto da PMB versando sobre o tema, pois não se tratava de privatizar as calçadas, mas de disponibilizá-las para que bares e restaurantes prestassem seus serviços em momento determinado e em partes do calçamento também determinadas. Isso promoveria a urbanização da cidade, fazendo com que as pessoas ocupassem espaços que são delas, favorecendo inclusive o comércio ambulante, argumentou. Externou que, apesar de fazer parte da oposição, confiava muito no trabalho da Prefeitura de Belém, tendo a certeza de que não agiriam irresponsavelmente de forma a inviabilizar o trânsito de pessoas em nossas vias, sobretudo as portadoras de deficiência. Propôs que parte do tributo arrecadado fosse destinada à recuperação das calçadas da cidade. Em aparte, manifestou-se o vereador Fábio Souza. Pela liderança do PSB, Fábio Souza indicou ser necessário reconstruir imediatamente as condições para o retorno às aulas presenciais com segurança e, acima de tudo, estabelecer uma ponte sólida entre os dois anos que os alunos ficaram trancados em casa tendo aulas virtuais. Os brasileiros não são acostumados a aulas remotas, diferentemente de outros povos, advertiu. Tudo foi muito novo e a dificuldade foi grande, sobretudo para os discentes de baixa renda, que não tinham acesso a um bom sinal de *internet*, reputou. Sendo assim, preconizou, é fundamental construir novas políticas educacionais para recuperar o tempo perdido e conectar novamente os alunos às aulas presenciais. Nestes dois anos de pandemia, julgou, muitos deles foram extremamente afetados e isso faria com que essas crianças e adolescentes tivessem futuramente lapsos educacionais graves, ficando prejudicados para toda a vida. As escolas deveriam trabalhar de maneira lúdica, utilizando pedagogos e psicólogos para retomar a atividade educacional com qualidade, aconselhou. Participou que brevemente faria uma visita à secretária municipal de Educação, senhora Márcia Mariana Bittencourt Brito, para entender como essa transição ocorreria. Pela liderança do Avante, Zeca do Barreiro agradeceu ao presidente da CMB, vereador Zeca Pirão, e a todos os vereadores pela futura realização de uma sessão legislativa itinerante no Distrito de Outeiro. Encerrado o Horário de Liderança, o presidente Gleisson Silva pediu aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças para a verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foi então colocada em votação e aprovada por unanimidade a ata da 36ª Sessão Ordinária do 2º Período da 1ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura. Em seguida, o presidente encerrou a sessão, às dez horas e dois minutos, convocando os vereadores a participar de reunião na Sala VIP com a secretária municipal de Educação, senhora Márcia Mariana Bittencourt Brito. Justificaram suas ausências os vereadores Bieco, Émerson Sampaio, Enfermeira Nazaré Lima, Fernando Carneiro, Lulu das Comunidades, Livia Duarte, Mauro Freitas, Moa Moraes, Neném Albuquerque e Pastora Salete. Estiveram presentes os vereadores: Fabrício Gama, Matheus Cavalcante e Josias Higino, pelo bloco PSDB – DEM – Patriota – Cidadania; Miguel Rodrigues, Renan Normando, Túlio Neves e Roni Gás, pelo bloco PP – Podemos – Pros; Augusto Santos, Goleiro Vinícius e Juá Belém, pelo Republicanos; Blenda Quaresma, John Wayne e Zeca Pirão, pelo MDB; Pablo Farah, pelo PL; Fábio Souza e Gleisson Silva, pelo PSB; Amaury da APPD e Bia Caminha, pelo PT; Altair Brandão, pelo PC do B; Allan Pombo, pelo PDT; José Dinelly, pelo PSC; Dona Neves, pelo PSD; João Coelho, pelo PTB; Igor Andrade, pelo Solidariedade; Zeca do Barreiro, pelo Avante. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 31 de agosto de 2021.



1ª Secretária



Presidente



2º Secretário